

“O sucesso não é final, a falha não é fatal: É a  
coragem para continuar que conta”

Winston Churchill



# Um Estranho Mundo

Copyright © Valter Marques

**Blog:** [bipolaridades6.webnode.pt](http://bipolaridades6.webnode.pt)

[Bipolaridades2022@gmail.com](mailto:Bipolaridades2022@gmail.com)

Outros títulos do autor:

*“Pandemia de idiotas”* 2021

*“O caminho para a ilusão”* 2023

Para as minhas filhas;

“Não basta na vida, apontar os erros e as falhas tanto próprias, como dos restantes, o acto de falhar e errar constitui-se como um acto de vida e da vida, tal como respirar, no entanto, os erros e as falhas podem e devem ser portadores de consequências, que, se não se proceder ao seu escrutínio e entendimento, não só perpetuará as consequências, bem como impossibilita qualquer solução que no limite mínimo pretenda apaziguar o sucedido.

Não basta reconhecer o que está mal ou incorreto, é imperativo olhar ao acto que provém da consequência do erro ou da falha e recuar no tempo devido.

Sem o entendimento do início ou do que impeliu o erro e a falha, qualquer juízo é meramente um remendo naquilo que pretendemos solucionar e os remendos são, por força de razão maior, ineficientes.

Não existe mal no erro, como não existe bem no êxito, porquanto o erro de uns pode determinar o êxito de outros, e o êxito de outros pode determinar o erro de alguns, no entanto, as consequências que provêm dos erros e dos êxitos, podem, se não compreendidas e ponderadas, deixar marcas patentes que aprisionem a mente e a vida e não permitam a vivência livre e independente do presente para a construção do futuro.

Não é por estar errado, que reside o mal, o mal reside na incapacidade da correcção, seja por manifesta vontade ou, por manifesto desleixo, tudo tem solução, mas não se providenciam soluções sem as ferramentas necessárias.

Por outro lado, mesmo com as ferramentas necessárias, não compete a vocês mudarem o mundo, mas compete-vos mudarem o vosso mundo e mudando o vosso mundo, irão mudar o de alguém, a vida é feita de ciclos, e de ciclos se viverá enquanto existir Humanidade.

Estamos no início de 2023, e o meu maior receio é que mundo vos vou deixar, vou fazer o que posso para vos preparar. Vivemos tempos, que por infortúnio de uma sociedade alienada, em que se deixou de considerar a Humanidade como o princípio do mundo, para ser considerada o castigo do mundo, a Humanidade é o mundo, não existe mundo sem Humanidade.

Ao longo dos séculos, a Humanidade viveu e sobreviveu aos ciclos, tanto evolutivos como decadentes, impérios caíram, novos se ergueram, novas ideias e novas conjunturas societárias, julgo que estamos a viver presentemente, a assistir ao vivo, ao período de decadência da sociedade europeia, a mais velha civilização ocidental no presente momento, e que espero a sua completa ruína, será sobre estas ruínas, que a geração seguinte, a vossa, deve construir uma nova ordem para Portugal.

A responsabilidade é enorme, não vos invejo, espero sim, dotar-vos das ferramentas necessárias para a tarefa.”

Valter Marques.

13/02/2023

**“A jornada de mil milhas começa com um simples passo”**

Lao Tzu



## ***Introdução***

Portugal apresenta se como definição oficial *República de Portugal*, e uma república não é uma democracia, a própria palavra deriva do latim *res publica* ou coisa pública e é comumente confundida com democracia ou poder do povo, a confusão ou, o erro induzido de forma voluntária, visa naturalmente cobrir com o politicamente correcto, o termo de *regime de governo*, e o regime do *governo* não é o regime de nenhum povo.

O actual regime político de Portugal, é tal como o era na Roma Antiga (o primeiro ensaio de uma república), o poder exercido pelos eleitos sob os seus eleitores, e não exercida pelos eleitores. A coisa pública de hoje, no caso de Portugal e no caso de Roma Antiga, é usufruída pelos eleitos de maneira a beneficiar uma estricte franja de interesse, interesses esses que não correspondem a um objectivo comum, mas a um objectivo limitado e de poucos.

A caracterização na forma de república consiste no embuste perfeito, para aprisionar sob uma ordem, ainda que eleita, o bem público do seu real proprietário, o povo.

O povo concede aos eleitos, o poder da gestão do bem público, na expectativa de o bem público o servir nas necessidades decorrentes da vida pública, deste modo alienando-se o real proprietário da coisa ou do bem. Ainda que de livre vontade, transmitindo a posse e o direito de usufruto a um representante, na promessa da sua guarda e conservação primeiramente, sucede que, quando se transmite a responsabilidade de guarda e conservação de um bem a um eleito, assumimos de facto a nossa própria incapacidade de guarda e conservação da coisa ou do bem.



O regime republicano é o aperfeiçoamento de *Facto* e de *Jure* do sistema feudal medieval, o feudalismo consistia no poder do soberano sob os bens e coisas. A sua distribuição pela plebe era destinada ao perpetuamento do trabalho e da escravidão, porquanto o soberano era o senhor das terras e dos produtos, e a plebe a força de trabalho gratuito.

No sistema republicano, o governo é o senhor dos destinos da sociedade, e há sociedade compete o trabalho e a escravidão perpétua, em que o usufruto da coisa ou do bem se faz através do imposto. Tal como a plebe se constituía devedora do imposto sobre o usufruto de determinado bem ou coisa no feudalismo, actualmente, a sociedade usufrui da coisa ou do bem consoante o imposto liquidado, com a diferença que o imposto, adquiriu uma semântica muito mais abrangente na actualidade, não se concebe mais unicamente no pagamento em divisa ou géneros, mas também no modo de vida compatível com as demandas do governo ou dos sucessivos governos.

Da mesma forma que, e é um pensamento encarcerado na sociedade actual, que existe democracia no governo, nenhum governo é democrata, nenhuma democracia resiste ao poder governativo, pelo simples facto que, o poder é pertença do governo, e a semântica de democracia reside no poder do povo ou sociedade, e o poder da sociedade não pode ser o mero acto de eleição, o poder da sociedade deverá ser as regras que delimitem e definam os governos, impondo aos mesmos a vontade da sociedade sob a ideologia e vontade governativas.

Portugal vive hoje, na ilusão de ser uma república que pratica a democracia, uma república parlamentar.

Enquanto república, concede-se a uma figura eleita (o pensamento republicano visou abolir a hereditariedade monárquica, mas não os conceitos de monarquia) o papel de soberano do Estado, ou de todas as coisas e bens existentes, e manteve sob a ordem do Presidente (em substituição do monarca ou soberano), o papel de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

Ainda que tenha um valor quase simbólico, manteve-se o valor abstracto do poder do soberano ou do Rei sob as armas, porquanto o parlamentarismo transporta a ideia de democracia, *dos eleitos pelo povo na condução dos bens e coisas do Estado e do controlo do governo*, na impossibilidade (ou na necessidade de submeter o soberano há vontade da sociedade, retirando-lhe poder) que o soberano tem de conduzir o Estado e conseqüentemente a nação, o governo formado por maioria de voto, é o titular dos destinos do Estado e conseqüentemente da nação, substituindo-se ao soberano ou monarca, e livre de agir e executar a tarefa, (durante o período para que está eleito) executando em termos práticos as funções de monarca ou soberano.

Em termos políticos, qualquer regime de governo, mesmo falhado, pode ser benéfico numa nação provida de conhecimento e de formação cívica, e paradoxalmente, um regime de governo excepcionalmente brilhante vai falhar numa nação desprovida de conhecimento e formação cívica. Durante toda a existência da Humanidade, que sistemáticos tipos de governação existem e acompanham a evolução da espécie humana, o sistema tribal é para todos os efeitos um

regime governativo, bem como os regimes de Patriarcado ou Matriarcado, ambos existem hoje no mundo, ainda que se demonize essas formas de governação. Mas os mesmos funcionam dentro das limitações de poder, a que os mesmos se obrigam, um governo de pura incompetência e de puro interesse material conjugado com uma sociedade ignorante e sem formação, constitui-se no maior desastre que se pode requerer.

Mas uma nação não é só o aparelho governativo, é também estruturas públicas, é economia, é educação e formação académica, bem como todas as instituições que, contrariamente ao que se observa, deveriam defender sobre todas as ideologias governativas, a história da nação, a sua identidade e os seus Direitos e Liberdades. A promiscuidade que se consolidou no Estado entre os intervenientes – Estado, governo e parlamento – com os sectores da economia, do Direito e do poder supranacional, conduzindo impunemente a corrupção que abunda actualmente, não tem outra solução que o seu próprio fim, mas primeiro será o fim da sociedade, indigente, ignorante e no caminho da autodestruição.

A autodestruição que uma determinada sociedade opta por se infligir, é nada mais nada menos que a morte dos velhos dogmas e vícios e a necessidade epistemológica do renascimento. É em termos abstractos a reconquista da sociedade do poder que dela emana, e que por desígnio próprio a mesma não se concebeu na necessidade da sua preservação.

Ao longo dos tempos, os ciclos da sociedade têm sido alvo dos mais profundos estudos, teses e dissertações, pelo que sempre que uma sociedade se altera, como percurso natural da sua evolução, o conhecimento do passado bem como o conhecimento das premissas ditadas no passado, são de extrema importância para a condução das novas linhas evolutivas, o passado não é somente história, é por força do seu significado, as linhas mestras do futuro, e os alicerces do presente.

Nenhuma sociedade prosperará se não compreender o seu passado, as linhas que foram deixadas pelos testemunhos dos tempos, são os diálogos necessários no presente, a história, como passado da humanidade, foi antes de o ser, o presente vivido por uma outra sociedade, que por razão maior, se extinguiu, se libertou dos dogmas e vícios, permitindo a evolução da próxima, aquela que a suplantou.

No que concerne à sociedade portuguesa, o foco deste livro, não basta o reconhecimento do erro, importa mais que tudo, delinear de forma teórica e prática o futuro, e para isso é necessário recorrer há nossa própria história, bem como a história da sociedade que nos envolve e que nos está perto.

A construção de uma sociedade, dá-se no exacto momento que a mesma decide tomar as rédeas do seu destino, e não por eleição ou nomeação de governos ou cargos, sem a necessária preparação da sociedade, sem o necessário apoderamento do conhecimento pela sociedade, qualquer acto governativo ou de gestão, retoma a si os mesmos e velhos dogmas e vícios, perpetuando, ainda que o possa fazer de diferente forma, a mesma decadência moral e de valores, que inevitavelmente conduzirão a nova sociedade ao seu fim. Ainda que a sociedade se estabeleça na garantia da morte, é, tal como a vida humana, o período entre o seu nascimento e a sua morte, a sua mais bela obra e o seu legado mais vincado.

Nenhuma sociedade vive pela eternidade, mas os seus feitos ecoarão pela eternidade.

## **INDICE:**

8. Introdução

### **Parte I**

#### **Capítulo 1**

17. Sociedade: economia, religião e protecção

28. Império Romano

33. A sociedade é um ciclo perpétuo

38. Soberania e independência

49. O legado histórico político europeu

52. Do nascimento da política à primeira estrutura económica

#### **Capítulo 2**

55. A raiz de todos os males

62. Educação ou formação académica

67. Educar não é formar academicamente

73. A formação académica no Desenvolvimento Humano

83. Império Romano Ocidental e o Islão

91. A decadência do ensino curricular

#### **Capítulo 3**

97. Anarquia como regime político

102. Anarquia e a tríade do regime

## **Parte II**

### **Capítulo 4**

119. Preâmbulo

125. Um plano de Estado

128. Definindo classes e estabelecendo as bases

135. A democracia como ditadura

141. Construindo o futuro

143. Consciencialização

152. A máfia partidária

157. A vontade geral

162. Ser estúpido e ignorante é caro

## **Parte III**

### **Capítulo 5**

168. Um Estranho Mundo

193. Considerações finais

200. Para as minhas filhas

203. Agradecimentos

## Parte I



# Capítulo 1

## Sociedade: economia, religião e protecção.

*“Nenhuma sociedade existe sem economia.”*

O dos factores chaves da sociedade é a economia, pois sem economia não existe sociedade. A economia é uma ciência vasta com aspectos teóricos e práticos, e economia não se constitui unicamente no valor fiduciário das moedas e notas ou dos seus derivados, ainda que economicamente tudo tenha um valor intrínseco. A vida humana pode, e muitas situações assim obrigam, ser quantificada por um valor monetário, quanto vale a vida de um pai, que por infortúnio morreu, e deixou uma família desamparada desse elemento?

A sociedade para todos os efeitos económicos é de soma zero, porque da produção da sociedade, o produto final é todo por ela consumido, não se pode aludir a excesso de produção, porquanto o ritmo de produção é exactamente o mesmo ritmo de consumo.

Esta simbiose entre sociedade e economia, é tão antiga quanto a humanidade, ainda que, o termo *economia* seja recente, a humanidade desde sempre, viveu primeiro em um estado “*economicamente viável*”, as primeiras “*sociedades*” na humanidade nascem no exacto momento que se formam as primeiras tribos, e no que consistiam as tribos, se não economias.

As tribos eram sociedades que viviam em economia comum, onde cada elemento desempenhava o papel societário que lhe fosse destinado, ou que fosse necessário efectuar, a

estratificação da sociedade tribal era determinada pela experiência adquirida e pelo sexo, a organização do poder tribal, era definido por essas duas premissas, comuns aos integrantes, e que, derivaram duas linhas de poder, o poder patriarcal, os anciãos e o poder exercido pelo homem, e o poder matriarcal onde as mulheres exerciam o poder e eram naturalmente as anciãs da tribo.

Os destinos da tribo eram comuns, a sobrevivência do clã, a sua continuidade e a sua expansão, o caminho da expansão, implica primeiro sustentabilidade económica, a economia tribal era baseada na *economia de sustentabilidade*, a produção agrícola e a pecuária, eram os motores económicos tribais, que manuseados com sucesso, permitiam a cultura e as artes, bem como forneciam a segurança necessária para se iniciarem as primeiras *profissões especializadas*, os xamãs ou curandeiros. A expansão tribal, acarretava também a expansão económica, quanto maior fosse a tribo, em termos de integrantes e de território, maiores eram as necessidades económicas, e maiores se tornavam as necessidades de *especialistas* nas novas áreas da sociedade, um curandeiro podia ser suficiente para uma tribo de 200 integrantes, mas era insuficiente para uma de 400, um hectare de cultivo podia ser suficiente no início, mas não o era com o dobro dos cidadãos, pelo que a economia é uma soma de resultado zero, o crescimento demográfico da tribo necessita do consequente crescimento territorial, para que o balanço seja zero, a produção é igual ao consumo.

A evolução da sociedade tribal para a sociedade urbana, trouxe um novo desafio á economia de sustentabilidade tribal, se até aqui o valor dos produtos era igual ao valor da sobrevivência, com o surgimento das zonas urbanas, fruto da

expansão tribal, a economia de sustentabilidade deixou o seu propósito de soma zero, para soma mais um, a necessidade de ajustar a economia à nova necessidade, o fornecimento para a urbe dos productos necessários à sua subsistência. A economia passou da sustentabilidade necessária para economia produtiva em excesso, não só os meios rurais mantinham a sua sustentabilidade, como produziam o excesso necessário para suprir o consumo urbano, este movimento económico, desenvolveu a sociedade tribal da ausência de valores fiduciários, para uma sociedade de valores económicos, em que o produto produzido se mantinha como essencial, mas provido agora de valor fiduciário, se até aqui os produtos desprovidos de valor fiduciário eram de soma zero, com a criação dos centros urbanos e a ausência de produtividade primária urbana, era requerida uma compensação pela produção aos centros rurais.

Os centros urbanos eram também produtores, não de bens primários, mas na especialização das indústrias secundárias que produziam bens de consumo, como ferramentas e alfaias agrícolas, os centros urbanos tornaram se polos económicos negativos, a sua subsistência económica dependia do consumo rural da produção urbana, mas os centros rurais eram polos positivos, pois a sua produção era primeiro de sustentabilidade, e segundo de excesso de produção, porquanto a falha no consumo urbano, permitiria a continuidade do centro rural, reduzindo a produção ao estado primário, a sustentabilidade da tribo, a falha nos centros rurais delineava o fim dos centros urbanos e a sua ruína económica e societária.

Os centros urbanos promovem a *especialização individual profissional*, e os centros rurais a *especialização comunitária*, esta simbiose económica continua, no entanto, a traduzir-se na soma zero, sendo composta pela adição comunitária e pela subtração individual.

A economia não cresce por desígnio do planeamento, mas cresce por desígnio societário, a economia não faz a sociedade, mas a sociedade faz a economia, a economia tribal cresceu porque a tribo se expandiu.

*“Todas as sociedades necessitam de uma religião.”*

A religião é o cerne da espiritualidade na sociedade,

A humanidade sempre se uniu em termos espirituais, ainda que os termos geográficos sejam de extrema importância na constituição das sociedades primárias, a crença no valor espiritual, segmentou áreas geográficas do globo, de diferentes valores nas tribos e clãs inseridos em um espaço geográfico comum, o planeta terra.

Podemos observar esse facto na Austrália, as tribos australianas, devotas do *totemismo*<sup>1</sup>, tinham como crença e centro espiritual o totem, que podia ser um objecto singular, uma folha, uma planta, um animal, e a crença intrínseca ao totem, não difere da crença cristã por exemplo.

As particularidades da fé no indivíduo, são comuns a todas as formas teológicas existentes, a divindade acima da humanidade, a criação e os valores morais provenientes dessa força divina ou da natureza, e as regras por ela emanadas, que por suposta força superior, se estabelecem como valores e regras que devem conduzir a sociedade.

A religião, além do sentido meramente espiritual, concede às sociedades a hegemonia das regras, que por crença, são superiores ao intelecto individual, a religião trouxe às sociedades primárias, as regras de vida e os valores sob as quais, as mesmas se pautariam, que no caso do cristianismo, as regras da moralidade divina, e no totemismo as regras da natureza.

---

<sup>1</sup> Durkheim E., Totémisme (1910)